TENSÕES SOCIOLINGUÍSTICAS NA RELAÇÃO ENTRE LINGUAGEM E GÊNERO: UMA DISCUSSÃO TEÓRICO-ANALÍTICA

III Encontro Nacional de Letras no Litoral Norte da Paraíba - ELLIN-PB, 3ª edição, de 08/05/2024 a 10/05/2024
ISBN dos Anais: 978-65-5465-093-9

SOUZA-SILVA; André Luiz [1]

RESUMO

TENSÕES SOCIOLINGUÍSTICAS NA RELAÇÃO ENTRE LINGUAGEM E GÊNERO: UMA DISCUSSÃO TEÓRICO-ANALÍTICA

André Luiz Souza-Silva (UFPB/PROLING/CAPES)

Introdução

Para a Sociolinguística, devem ser feitas considerações internas e externas a respeito do signo linguístico. Desse modo, a investigação, nessa subárea, considerará não só a sistemática das línguas, mas suas relações pragmáticas, haja vista seu interesse não só no uso, mas nos falantes e em como (re)configuram a língua, desempenhando sua função primordial, enquanto falantes, que é a de manterem a língua ávida e funcional.

A linguagem pode ser posta como configuradora de identidades, uma vez que Abaurre (2006, p. 16) afirma ser "[...] através do exercício da linguagem que se definem identidades". Nessa arena que é a linguagem, a língua é, segundo Faraco (2006), uma realidade complexa, semioticamente estruturada, mas, por excelência, também é aberta, fluida, cheia de indeterminações e polissemias, precisamente, por nossas condições de seres históricos. Portanto, é nessa realidade entre língua e linguagem que nos constituímos como seres heterogêneos, tanto pela realidade da própria linguagem quanto pela imersão psíquica na qual nos encontramos, possibilitando diferentes maneiras de produção de sentido, seja consciente ou inconscientemente. Logo, a linguagem pode ser vista como um território dos sentidos.

Neste artigo, refletimos como a prática linguística, atravessada pela categoria "gênero" (Butler, 2017; Moita Lopes, 2013), se reconfigura por força desse fator social. Para tanto, movemos conhecimentos sociolinguísticos (Labov, 2008) e identitários (Hall, 2006; Rampton, 2006), uma vez que língua e sociedade não são apenas interdependentes, são também fenômenos que produzem nossos modos de pensar, sentir e agir. Nesse contexto, a partir das noções de "déficit", "dominância", "diferença" e "construção social", destacamos o papel do gênero no que tange ao uso da língua.

Esse movimento teórico-analítico é possível sob uma natureza qualitativa de caráter descritivo que se faz possível ao considerar as argumentações de Lakoff (2010), Lisboa (2015), Lau (2017), Bossaglia (2019), entre outras vozes. Assim, sintetizamos como a categoria "gênero" altera a lógica de interpretação a respeito dos modos de falar à luz do que se entende como "masculino" e "feminino", por exemplo, especialmente, entre aqueles que se interessam pelos estudos sociolinguísticos, sejam variacionistas ou não. É válido destacar que este texto é um recorte das discussões presentes em Souza-Silva (2022).

Enlaces teóricos

A Sociolinguística Variacionista (doravante, SV), vertente amplamente conhecida e difundida, tem o estadunidense William Labov como seu precursor. De acordo com Labov (2008), antes de institucionalizar a Sociolinguística como vertente de estudos linguísticos, esse autor resistiu ao

[1] Universidade Federal da Paraíba, andreluiz.bans@gmail.com

termo, pois, para ele, a constituição de uma área com tal nomenclatura, consideraria uma linguística que não fosse social. Assim, não pode haver "[...] uma teoria ou prática linguística bem-sucedida que não é social" (LABOV, 2008, p. 13). Apesar de reconhecer o valor do fator social para se fazer linguística, a teorização da Sociolinguística laboviana não deixou de receber críticas sobre sua abordagem acerca do fator social.

Essa reprimenda não é para ser vista como algo que desvalorize a área, pois suas observações, constatações e análises possibilitam o mapeamento e o reconhecimento de variados processos de variação e mudança linguística. Dito isso, podemos explicar o porquê de serem feitas críticas à abordagem da SV: dá-se por seu caráter metodológico, o qual está baseado em uma natureza quantitativa, que objetiva traçar comparações estatísticas entre diferentes itens linguísticos em contexto de uso, ou seja, busca índices que possam estabelecer uma frequência de determinados usos linguísticos no interior de comunidades de fala.

É preciso entendermos que abordagens de caráter estatístico essencializam discussões, uma vez que o controle de variáveis sociais não permitirá que se extrapole as células de controle, o que não é um problema, mas a SV "[...] não consegue considerar aspectos relativos a como a linguagem é usada em um mundo em que a mobilidade e contingência se tornaram cruciais [...]" (MOITA LOPES, 2013, p. 230). Portanto, as células homogeneizadoras da abordagem da SV terão limitações o que irá revelar incoerências teórico-metodológicas, uma vez que "[...] inclui essencializações dos sujeitos sociais e padronizações de variáveis para as pesquisas levadas a feito [...]" (MOITA LOPES, 2012, p. 231).

Reiteramos que não há problema com a construção científica da área, mas seus interesses políticos não são necessariamente de cunho progressista, uma vez que codificam em células e tratam como "insignificantes" amostras que, estatisticamente, podem representar pouco, mas que podem ser altamente representativas na dinâmica social das comunidades. A partir disso, concordamos com Milroy (2011):

> [...] enquanto as análises internas forem pesadamente enviesadas em favor dos fenômenos linguísticos, em vez dos sociais, o paradigma quantitativo está impedido de explicar a 'vida' social da linguagem e as origens sociais da mudança linguística (MILROY, 2011, p. 85).

Então, apesar da abordagem de caráter estrutural, a Sociolinguística reintegrou o fator social aos estudos linguísticos, uma vez que o estruturalismo clássico e o gerativismo colocaram esse fator como secundário. Por isso, coube a Sociolinguística romper "[...] com a tradição de compartimentação das áreas do conhecimento e buscar vínculos e conexões com as ciências humanas e sociais [...]" (BAGNO, 2017, p. 425).

Abordagens sociolinguísticas quantitativas, que são de caráter mais tradicional, foram influenciadas por diversas dicotomias, as quais variam em relação à maneira como se expressam: vernacular ou padrão, por exemplo; à organização social, como em homogêneo x heterogêneo; e a categorias sociais: masculino-feminino (RAMPTON, 2006). Então, apesar de os sociolinguistas terem se dedicado, no contexto da Modernidade, a contestar tais polaridades, as pesquisas de Labov e Hymes, por exemplo, foram influenciadas por esses pensamentos dicotômicos, servindo como "campo de batalha" nos trabalhos desses autores, como indica Rampton (2006).

Entretanto, com o advento da Pós-modernidade (ou modernidade recente), variadas abordagens teóricas passaram a problematizar seus interesses, questionar suas produções científicas, contribuições à sociedade, ampliando sua agenda, inclusive a Sociolinguística, uma vez que leva em consideração os condicionadores sociais e culturais da produção linguística. Nesse sentido, as noções de linguagem são reconfiguradas, ampliadas e revistas. Afinal, a linguagem "[...] como conjunto de convenções sociais e estruturas mentais é somente um entre os vários recursos semióticos disponíveis para a produção e interpretação locais [...]" (RAMPTON, 2006, p. 117). A partir disso, o conceito de sociedade também se modifica, pois se desfaz da ideia de totalidade e unificação e passa a adotar a seguinte perspectiva:

[1] Universidade Federal da Paraíba, andreluiz.bans@gmail.com

[...] nossas ações e seus significados adquiridos com base em suas funções no sistema social foram substituídas pela visão de que o que fazemos tem papel primordial em moldar os lugares onde vivemos [...] há agora a compreensão de que **nos 'agrupamos' com base em uma grande quantidade de opções mutáveis, decidindo o que é correto ou errado para nós mesmos** (RAMPTON, 2006, p. 113, grifos nossos).

A adoção dessa perspectiva passa a posicionar a Sociolinguística e suas interfaces em uma nova jornada, na qual, inclusive os postulados tradicionais, estabelecem os limites de suas abordagens. Nesse sentido, parafraseando Rampton (2006), a Sociolinguística não precisa ser "curandeira de preconceitos", mas pode e deve operar como tradutora e intérprete das ações de discriminação e exclusão pela linguagem, uma vez que o salutar dos preconceitos está em sua própria ação investigativa.

Dito isso, é válido ressaltar que não abandonamos as investigações de cunho variacionista clássico, mas não nos limitamos a elas, pois consideramos primariamente que a heterogeneidade não é apenas comum, mas resultado natural de fatores linguísticos fundamentais, algo já apontado por Labov (2008), mas também amplamente potencializada por fatores sociais, culturais e políticos, sendo alvo da intervenção consciente ou inconsciente dos/as falantes.

Assim, fica em ênfase como a língua é instrumento de várias significações e como as práticas linguísticas revelam essas significações. Para uma investigação sociolinguística como a que estamos empreitando aqui, há de se considerar uma questão mais linguística e outra mais social: linguisticamente, todas as variedades linguísticas funcionam igualmente; socialmente, existem modos de falar que são julgados como melhores ou piores.

Entretanto, nossas considerações não são, estritamente, linguística, são de caráter marcadamente social. Portanto, é preciso considerar que há hierarquização social das diferentes formas de falar e variadas formas linguísticas presentes em uma comunidade, as quais são subjugadas "[...] pelos papéis diferentes que são atribuídos a eles no jogo das sempre desiguais **relações de poder** vigentes na sociedade" (BAGNO, 2012, p. 63, grifos do autor).

É no seio dessas relações de poder que questões como identidade e performatividade, especialmente, emergem. A identidade tem sido amplamente discutida no contexto da teoria social, como aponta Hall (2006). Essas discussões têm se desenvolvido no que tange ao argumento de que "as velhas identidades estão em declínio" o que tem oportunizado o surgimento de novas identidades, potencializado a fragmentação do sujeito moderno que era visto de forma unificada, como indica o autor, e também afirma ser possível refletir sobre a identidade à luz de três concepções: iluminista, sociológica e pós-moderna.

Na **concepção iluminista**, o sujeito é centralizado na razão, é visto como unificado, onde o centro essencial do eu é sua identidade, caracterizado pela "individualidade", e Hall (2006) ressalta que o sujeito do Iluminismo é descrito como masculino. Já na **concepção sociológica**, o egocentrismo é abandonado e compreende-se a identidade como constitutiva das relações humanas intercambiando valores, sentidos e signos culturalmente constituídos, sendo a identidade aquilo que "[...] preenche o espaço entre o 'interior' e o 'exterior' – entre o mundo pessoal e o mundo público" (HALL, 2006, p. 11). Entretanto, essas concepções têm se desfeito, uma vez que:

O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas. Correspondentemente, as identidades, que compunham as paisagens sociais 'lá fora' e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as 'necessidades' objetivas da cultura, estão entrando em colapso [...] (HALL, 2006, p. 12).

Essa fragmentação refere-se à produção da **concepção pós-moderna** de sujeito que não é fixa,

[1] Universidade Federal da Paraíba, andreluiz.bans@gmail.com

essencial e permanente, constituindo o que Hall (2006) indica ser uma “celebração móvel”, a qual é “[...] formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 2006, p. 13). Nesse sentido, o autor determina que a identidade é historicamente situada, não biologicamente.

Também consideramos importante destacar o conceito de identidade discutido por Bauman (2005), quando o autor aponta para os “subclasse”, sujeitos à margem da categorização hegemônica, tendo suas identidades negadas, uma vez que são excluídos socialmente e sua classificação identitária é imposta e atribuída por aqueles/as que estão no centro das engrenagens que apontam, classificam, categorizam e, com efeito, subalternizam e inferiorizam. Logo, a identidade dos subclasse, conforme o autor, trata-se da ausência, abolição e negação da individualidade, sendo negado direito de presença, mas também de existência.

Quando colocados nesse “não lugar”, como indica o autor, se “[...] é excluído do espaço social em que as identidades sãs buscadas, escolhidas, construídas, avaliadas, confirmadas ou refutadas” (BAUMAN, 2005, p. 46), potencializando o conflito, o desconforto e a perturbação.

E, ao considerar o contexto de pós-modernidade em que nos situamos, consideramos o seguinte:

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar (HALL, 2006, p. 13).

A partir dessa concepção da identidade, em múltiplas faces, considerando quem realmente somos, como nos enxergam e como isso muda conforme as nossas relações com os sujeitos e com o espaço-tempo é, assim, que nos fazemos sujeitos múltiplos. Ressaltamos que, nesse sentido, a identidade não deixa de ser uma representação social, na qual há grupos de pertencimento e referência, situando-se entre o sociológico e o psicológico com caráter processual. Então, Oushiro (2015) explica que a identidade

[...] não é um atributo pessoal tampouco uma posse, mas um processo de criação de sentidos que deve ser ao mesmo tempo individual e coletivo. A construção de sentidos se dá sempre dentro de uma matriz cultural e ideológica, sobre a qual o indivíduo não exerce controle (OUSHIRO, 2015, p. 24).

Esse não controle é justamente onde o sujeito se faz e refaz, constituindo-se de forma particular e coletiva. Portanto, não se pode superestimar, segundo Oushiro (2015), o “papel agentivo” dos sujeitos na construção se sua própria identidade, não reconhecer isso é também considerar que os falantes podem apresentar produções linguística de uma única dimensão social. Assim posto, concordamos com o seguinte:

[...] além da improbabilidade de que o indivíduo possa monitorar e manipular conscientemente cada traço linguístico de sua fala a todos os mementos, uma série de construtos sociais que servem de parâmetros identitários preexiste e ultrapassa o domínio da ação individual (OUSHIRO, 2015, p. 25).

Essas questões alinham-se com a performatividade, logo, a identidade abandona a ideia de ser “aquilo que é” – deixando de ser algo que se descreve – para ser “aquilo que você se torna”, passa a ser vista como uma variável em transformação, pois está em constante movimento (SILVA, 2000). A teorização do conceito de **performatividade** é cunhado por John Langshaw Austin – filósofo da linguagem de origem britânica que estabeleceu, com a Teoria dos atos de fala, que um

[1] Universidade Federal da Paraíba, andreluiz.bans@gmail.com

enunciado performativo não só descreve a realidade, mas também modifica tal realidade, ou seja, é uma sentença que, por si só, representa uma ação. Nesse sentido, a realização de atos vai depender da enunciação de uma frase, logo, "a enunciação de certas palavras em determinadas circunstâncias têm, por convenção, um determinado efeito" (FIORIN, 2018 [2002], p. 171). Sobre a relação de identidade e performatividade, acrescentamos:

[...] uma sentença como 'João é pouco inteligente', embora pareça ser simplesmente descritiva, pode funcionar em um sentido mais amplo - como performativa, na medida em que sua repetida enunciação pode acabar produzindo o 'fato' que supostamente apenas deveria descrevê-lo. É precisamente a partir desse sentido ampliado de 'performatividade' que a teórica Judith Butler analisa a produção da identidade como uma questão de performatividade (SILVA, 2000, p. 93).

Ao tratar das questões de gênero, Butler (2017 [1990]) considera o ato de "ser mulher" e "ser homem" como atos performativos, uma vez que ao proferir uma sentença "é uma menina", ao nascer uma criança do sexo feminino, tal ato é descritivo, mas há uma gama de significados indexicalizados, os quais, segundo Butler (2017), acarretam em uma cadeia de outros atos performativos que controlam a vida da menina, provocando efeitos semânticos sobre seu corpo, roupas, maneira de falar, etc. É por isso que usar batom e pintar as unhas são práticas femininas ocidentais culturalmente situadas, o que cria uma ficção e essência sobre o "ser feminino", como aponta Moita Lopes (2013).

Nessa direção, quando se analisa a frase "é uma menina", há o ato de enunciar cada um dos elementos linguísticos que compõem a frase. Então, quando se enuncia essa frase, realiza-se o ato de afirmação, que se realiza na linguagem, no próprio ato de dizer, o qual é marcado pelo item "é" forma conjugada do verbo "ser". Por fim, ao considerarmos que a enunciação da frase acima acarreta *performances*, não sendo algo que se realizará na linguagem, mas pela linguagem.

É por essa visão, e ampliando-a, que Butler favorece o desenvolvimento da teoria *queer*, uma vez que "[...] vai dessencencializar qualquer sentido sobre o gênero e a sexualidade, que passam a ser sempre compreendidos como performativos, ou seja, como efeitos discursivos, não preexistindo ao discurso, apontando sempre para o que são em *performance*" (MOITA LOPES, 2013, p. 243, grifo do autor). Nessa direção, é preciso compreendermos que realizamos atos de identidade, os quais se fazem em uma série de *performances* socioculturais (BUTLER, 2017). A partir disso, concorda-se com Pennycook (2006) sobre a performatividade:

[...] possibilita um modo de pensar o uso da linguagem e da identidade que evita categorias fundacionalistas, sugerindo que as identidades são formadas na *performance* linguística em vez de serem pré-dadas. Tal visão da identidade linguística nos ajuda a ver como as subjetividades passam a existir e são sedimentadas com o passar do tempo por meio de atos linguísticos regulados. Isso também fornece a base para considerar as línguas [práticas linguísticas] de uma perspectiva antifundacionalista, por meio da qual o uso da linguagem é um ato de identidade que possibilita a existência daquela língua [variante] (PENNYCOOK, 2006, p. 82, grifo do autor).

No propósito de condicionar novos olhares e determinar novas descobertas, colocando em destaque questões que por vezes são de abordagem secundária, considerando que "[...] a língua é parte constitutiva da identidade individual e social de cada ser humano – em boa medida, *nós somos a língua que falamos* [...]" (BAGNO, 2003, p. 16-17, grifos do autor).

Discussões

Não é novidade que os acontecimentos históricos, os quais marcam e demarcam as narrativas políticas e econômicas do mundo, também influenciaram o desenvolvimento tecnológico, científico e educacional, a exemplo da Segunda Guerra Mundial ao propiciar mudanças na aprendizagem de idiomas, bem como a Revolução Industrial ao influenciar no ensino de língua, pois o processo de

[1] Universidade Federal da Paraíba, andreluiz.bans@gmail.com

êxodo rural potencializou o contato linguístico entre falantes do campo e da cidade no contexto escolar.

Essas influências não poderiam deixar de ocorrer com o levante de variados movimentos sociais, como o(s) Movimento(s) Feminista(s). As feministas legendaram o movimento, entre as décadas de 60 e 70, com "o privado é político". Dessa forma, aquilo que era ocultado na intimidade, inclusive mascarado com uma expressão popular muito conhecida: "em briga de marido e mulher não se mete a colher"; passou a ser contestado, uma vez que "em nome dessa 'privacidade' todos os segredos das famílias permaneciam ocultos, esposas sofriam em silêncio agressões e abandono, filhos e filhas reprimiam sua sexualidade e tudo era vivido em segredo" (SCHMIDT, 2015, p. 293-294).

Então, com o advento dos movimentos sociais, especialmente o(s) Movimento(s) Feminista(s), áreas de estudo que contemplam questões de sexo, gênero e sexualidade passaram a reconsiderar premissas, rever conceitos e aspectos metodológicos. Com os postulados da Sociolinguística não foi diferente, uma vez que se dedica ao estudo da linguagem em uso. Assim, de acordo com Freitag (2015), as ondas do feminismo influenciaram as investigações acerca de linguagem e gênero e, considerando quatro perspectivas, a Sociolinguística estabeleceu suas discussões com base em **déficit, dominância, diferença** e **construção social**.

Na perspectiva do **déficit**, a fala da mulher é vista como fraca e não-assertiva, quando comparada às normas linguísticas masculinas (COATES, 2006 *apud* FREITAG 2015). Nessa direção, podemos mencionar os estudos de Lakoff (2010 [1973]), nos quais a autora teoriza a existência de um "sexoleto", o qual se caracteriza por vocabulário mais específico e – femininamente – marcado, maior frequência de uso de normas gramaticais, marcadores discursivos defensivos, maior polidez e rechaçam termos chulos, isso construindo a arte de "falar como uma dama". A partir disso, tem-se a impressão de que há algo de errado com a fala de mulheres, logo, para serem levadas a sério teriam que falar como homens. Entretanto, "se uma menininha 'fala grosso' ou de modo rude como um menino, ela vai normalmente ser isolada, xingada ou ser motivo de gozação" (LAKOFF, 2010, p. 15).

Para alguns, os estudos de Lakoff podem parecer ultrapassados, mas acreditamos que a melhor consideração a ser fazer é sobre o trato da análise, uma vez que não há problemas nos usos linguístico-discursivos de mulheres, o que há é um disparate social que reverbera discriminações com e pela linguagem. A produtividade da fala da mulher está em si mesma, não em metodologias comparadas, especialmente com a fala de homens, uma vez que há comunidades de prática em que a cultura machista é predominante e podemos perceber *performances* diferentes quanto ao uso linguístico de homens e mulheres.

Evidencia-se também a perspectiva da **dominância**, a qual "parte do pressuposto de que as mulheres constituem um grupo oprimido, e que, por isso, as diferenças linguísticas entre homens e mulheres são interpretadas como dominação masculina e subordinação feminina" (FREITAG, 2015, p. 24). Sobre isso, podemos explicitar uma prática chamada de *hlonipha* – que existia em comunidades de fala em grupo de línguas banto – o que significa "respeito através da prática de evitar". Essa prática era manifestada por mulheres (nguni, e mais tarde khoisan) ao falarem com os membros masculinos da família do marido e, em alguns contextos, também ao marido (BOSSAGLIA, 2019). Nesse sentido, é possível identificar como a dominância masculina é expressa pelo uso linguístico. Sobre as prescrições da prática de hlonipha, vejamos o exemplo a seguir:

> [...] existia a proibição de pronunciar os nomes dos membros masculinos da família, mas também todas as palavras com elas parecidas foneticamente: se o sogro se chamava *Bongani*, as três sílabas *bo, nga e ni* deviam ser evitadas pela nora – é como se uma mulher que tem o sogro chamado Pedro não pudesse pronunciar esse nome, tampouco as palavras *pedra, pedreiro, vidro, peso etc* (BOSSAGLIA, 2019, p. 147).

Diferentemente dessa linha de raciocínio, a perspectiva da **diferença** parte da premissa de que mulheres e homens fazem parte de subculturas diferentes, pois têm voz, psicologia e experiências

[1] Universidade Federal da Paraíba, andreluiz.bans@gmail.com

diferentes, como expressa Freitag (2015). Assim, observa-se uma leitura na contramão da perspectiva do **déficit**, pois a diferença não é defeito, é uma outra forma de enxergar e agir no mundo, partindo da premissa de que mulheres podem lançar mão de variadas estratégias linguísticas, as quais não determinam submissão ou menor empoderamento (FREITAG, 2015).

Sobre essa questão, podemos mencionar a investigação de Lisboa (2015), que fez um estudo em comunidade de prática jurídica, objetivando analisar os efeitos da variável sexo/gênero na escolha das formas de tratamento na comunidade em questão. Mediante as análises, a autora explica que as mulheres dão preferência aos usos das formas "você" e "senhor/a", não por não reconhecerem validade em usos tidos como formais, como é o caso de "doutor/a" e/ou "excelência", pois também fazem tais usos, mas não de forma categórica. A partir disso, as mulheres, de acordo com a hipótese de Lisboa (2015), podem ser mais solidárias e menos preocupadas com as formalidades contextuais, o que não determina menor força social ou posicionamento das mulheres.

Por fim, a perspectiva da **construção social** considera a questão da performatividade que explicamos, anteriormente. Nessa direção, entendemos que "[...] por ser uma construção, não podemos dizer que somos de um ou de outro gênero, e sim estamos" (FREITAG, 2015, p. 24). Sobre essa questão, podemos pensar no uso da linguagem não-binária[1], em que as pessoas que não se identificam no binômio masculino-feminino reivindicam a neutralidade de nomes que determinam/qualificam seres humanos, como é o caso dos adjetivos 'bonita-bonito'; dos substantivos 'aluna-aluno', para que também sejam utilizados, respectivamente, 'bonite' e 'alune', por exemplo.

Em Lau (2017), discute-se sobre a língua portuguesa se produzida numa formulação binária para, mutas das vezes, se referir às pessoas. Com o avanço das discussões da Teoria *Queer* no cenário brasileiro e a abertura para a visibilidade de pessoas que não se identificam com o binário de gênero (homem x mulher), isto é, pessoas trans não-binárias, em destaque na internet por meio de vídeos e *posts* sobre como se identificam e os pronomes pelos quais querem ser identificados, lançam olhares e questionam sobre o uso da linguagem a fim de visibilizar e reivindicar espaço numa sociedade binarizada, o que lhes oportunizar legitimar sua identidade de gênero através da linguagem tida neutra. Com esse posicionamento e com discussões dos documentos que regem a educação nacional, a saber: os *Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa* e os de *Orientação Sexual*, o autor promove uma discussão teórica sobre a importância de um novo olhar para a língua portuguesa em respeito à visibilidade das pessoas trans não-binárias. Junto a isso, apresenta uma alternativa possível para a aplicação de um sistema que neutralize formas linguísticas, isto é, sem marcar a forma feminina ou masculina, para ir além desses gêneros binários

Portanto, à luz dessas ideias, "os falantes fazem, constroem o gênero, mais do que ser estaticamente um gênero em particular" (FREITAG, 2015, p. 24). Assim, parecem-nos válidas as contribuições do que se tem chamado de linguagem inclusiva, com a finalidade de combater o sexismo na e pela linguagem, buscando pela não-marcação de gênero, assim, invés de 'aluna' ou 'aluno', utilizar-se 'estudante', bem como a dupla marcação 'aluna/no' tem sido algo identificável.

Considerações finais

Feitas essas considerações, devemos explicar que "as perspectivas [anteriores] se alinham às ondas do feminismo e, como tal, não há fronteiras rígidas que segmentam cada abordagem; há, em muitos casos, entrelaçamentos e sobreposições (FREITAG, 2015, p. 23). Por fim, acreditamos que os desdobramentos das ideias defendidas favorecem o campo científico, especialmente no contexto da sociolinguística contemporânea, tendo valia por evidenciar falantes marcados socialmente, seus usos linguísticos e performances, oportunizando direcionamentos pedagógicos – ainda que aqui não tenha sido objetivo primário –, pois revela usos marginais a prescrições socias e/ou linguísticas e evidencia a influência de identidades no momento de uso da linguagem.

[1] Universidade Federal da Paraíba, andreluiz.bans@gmail.com

Referências

ABAURRE, M. B. M. Entrevista com Maria Bernadete M. Abaurre. In: XAVIER, A. C.; CORTEZ, S. (org.). **Conversa com linguistas**: virtudes e controvérsias da linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p. 13-24.

BAGNO, M. **A norma oculta**: língua & poder na sociedade brasileira. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BAGNO, M. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

BAUMAN, Z. **Identidade**: entrevista a Banedetto Vecchi. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BORBA, R.; LOPES, A. C. Escrituras de gênero e políticas da différance: imundície verbal e letramentos de intervenção no cotidiano escolar. **Linguagem & Ensino**, v. 22, p. 241-285, 2018.

BOSSAGLIA, G. **Linguística Comparada e Tipologia**. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

FARACO, C. A. Entrevista com Carlos Alberto Faraco. In: XAVIER, A. C.; CORTEZ, S. (Orgs.). **Conversa com linguistas**: virtudes e controvérsias da linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p. 63-70.

FIORIN, J. L. A linguagem em uso. In: FIORIN, J. L. (Org.). **Introdução à Linguística**: objetos teóricos. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2019, p. 165-186.

FREITAG, R. M. Ko. (Re)Discutindo Sexo/Gênero na Sociolinguística. In: FREITAG, R. M. K.; SEVERO, C. G. (Orgs.). **Mulheres, Linguagem e Poder** - Estudos de Gênero na Sociolinguística Brasileira. São Paulo: Blucher, 2015, p. 17-74.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LABOV, W. **Padrões Sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta P. Scherre e Caroline R. Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LAKOFF, R. Linguagem e lugar da mulher. Tradução de Adriana Braga e Édison Luis Gastaldo. In: OSTERMANN, A. C.; FONTANA, B. (Orgs.). **Linguagem, Gênero e Sexualidade**: clássicos traduzidos. São Paulo: Parábola Editorial, 2010, p. 13-30.

LAU, H. D. O uso da linguagem neutra como visibilidade e inclusão para pessoas trans não-binárias na língua portuguesa: a voz “del@s” ou “delxs”? Não! A voz “delus”! **V Simpósio Internacional em Educação Sexual**: saberes/trans/versais currículos identitários e pluralidade de gênero, Maringá, p. 01-15, 2017.

LISBOA, C. M. M.; Efeitos de sexo/gênero na escolha de formas de tratamento: análise em uma comunidade de prática jurídica de Niterói. In: FREITAG, R. M. K.; SEVERO, C. G. (Orgs.). **Mulheres, Linguagem e Poder** - Estudos de Gênero na Sociolinguística Brasileira. São Paulo: Blucher, 2015, p.267-290.

MILROY, J. Ideologias linguísticas e as consequências da padronização. Tradução de Marcos Bagno. In: LAGARES, X. C.; BAGNO, M. (Orgs.). **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011, p. 49-88.

MOITA LOPES, L. P. da. Gênero, sexualidade, raça em contextos de letramentos escolares. In: MOITA LOPES, L. P. (Org.). **Linguística Aplicada na modernidade recente**: *festschrift* para Antonieta Celani. São Paulo: Parábola Editorial, 2013, p. 227-248.

OUSHIRO, L. **Identidade na pluralidade**: avaliação, produção e percepção linguística na cidade de São Paulo. 2015. 394 f. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Universidade de

[1] Universidade Federal da Paraíba, andreluiz.bans@gmail.com

São Paulo, São Paulo.

PENNYCOOK, A. Uma linvguística aplicada transgressiva. Tradução de Luiz Paulo da Moita Lopes. In: MOITA LOPES, L. P. (Org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p. 67-84.

RAMPTON, B. Continuidade e mudança nas visões de sociedade em linguística aplicada. Tradução de Luiz P. da M. Lopes. In: MOITA LOPES, L. P. (Org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p. 109-128.

SCHMIDT, S. P. O feminismo, ainda. In: FREITAG, R. M. K.; SEVERO, C. G. (Org.). **Mulheres, Linguagem e Poder** - Estudos de Gênero na Sociolinguística Brasileira. São Paulo: Blucher, 2015, p. 291-304.

SCHWINDT, L. C. Sobre gênero neutro em português brasileiro e os limites do sistema linguístico. **Revista da ABRALIN**, v. 19, n. 01, 2020, p. 01-23.

SOUZA-SILVA, A. L. **Sociolinguística com foco na comunidade LGBTQIA+:** atitude, identidade e estigma. 191 f. 2022. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

[1] Para mais informações sobre o tema, sugerimos Borba & Lopes (2018) e Schwindt (2020).

PALAVRAS-CHAVE: Sociolinguística, Gênero, Prática Linguística

[1] Universidade Federal da Paraíba, andreluiz.bans@gmail.com